

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de março de 2026 e de 2025, e
o relatório dos auditores independentes**



RTA-388-2026

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Ribeirão Preto-SP, 25 de junho de 2026.

À
Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.
Pitangueiras-SP

Atenção da **Administração**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores

Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cotistas e administradores da
Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.
Pitangueiras SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Viralcool Açúcar e Álcool Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viralcool Açúcar e Álcool Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Transações com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21, a Empresa mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas. A posição financeira e o resultado dessas transações refletem as condições estabelecidas pela administração da Empresa nas respectivas negociações. Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de junho de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador CRC 1SP137183/O-8

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e de 2025

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>		<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	120.020	359.221	Fornecedores	17	211.593	199.995
Aplicações financeiras	5	2.994	2.994	Passivo de operações de arrendamentos	15	150.763	172.310
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.414	2.971	Empréstimos e financiamentos	18	98.186	201.758
Contas a receber de clientes	7	5.858	5.858	Instrumentos financeiros derivativos	6	1.874	-
Contas a receber da Copersucar	8	155.327	214.083	Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	19	54.715	49.996
Estoques	9	135.005	155.442	Impostos e contribuições a recolher		950	12.812
Ativo biológico	10	94.451	177.229	Contas a pagar a Copersucar	8	154.984	3.529
Impostos e contribuições a recuperar	11	101.385	42.185	Adiantamento de clientes	20	154.346	-
Adiantamentos a fornecedores	12	200.291	174.713	Partes relacionadas	21	41.628	181.494
Outros ativos	13	151.071	1.754	Outras obrigações		10.975	259
Total do ativo circulante		<u>967.816</u>	<u>1.136.450</u>	Total do passivo circulante		<u>880.014</u>	<u>822.153</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivo de operações de arrendamentos	15	600.722	714.810
Impostos e contribuições a recuperar	11	21.905	29.885	Empréstimos e financiamentos	18	1.437.326	460.970
Depósitos judiciais	21	18.451	18.601	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	156.627	109.115
Investimentos	14	872.330	159.096	Partes relacionadas	21	101.582	4.766
Instrumentos financeiros derivativos	6	14.450	-	Provisão para contingências	23	2.840	8.217
Direito de uso	15	733.985	745.512	Total do passivo não circulante		<u>2.299.097</u>	<u>1.297.878</u>
Imobilizado	16	2.198.019	1.778.919				
Intangível		1.214	1.062				
Total do ativo não circulante		<u>3.860.354</u>	<u>2.733.075</u>	Patrimônio líquido	25		
				Capital social		179.461	178.100
				Reserva de reavaliação		1.728	1.903
				Ajuste de avaliação patrimonial		1.904	1.904
				Reserva de incentivo fiscal		857.361	857.361
				Reserva de lucros		608.605	710.226
				Total do patrimônio líquido		<u>1.649.059</u>	<u>1.749.494</u>
Total do ativo		<u>4.828.170</u>	<u>3.869.525</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.828.170</u>	<u>3.869.525</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025
Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Receita operacional líquida	26	2.157.091	2.594.638
Variação do valor justo de ativo biológico	10	(103.019)	102.927
Custos dos produtos vendidos	27	(1.798.335)	(2.007.717)
Lucro bruto		255.737	689.848
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas, gerais e administrativas	28	(201.852)	(197.033)
Outras receitas operacionais líquidas	29	169.336	129.733
		(32.516)	(67.300)
Lucro antes do resultado financeiro		223.221	622.548
Resultado financeiro líquido	30	(220.859)	(152.523)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.362	470.025
Imposto de renda e contribuição social - correntes	31	(4.247)	(74.342)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	(47.512)	(29.338)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(49.397)	366.345

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025

Em milhares de reais

	2026	2025
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(49.397)</u>	<u>366.345</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	<u>(49.397)</u>	<u>366.345</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2024	178.100	2.077	1.904	857.361	363.107	-	19.000	1.421.549
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Realização da reserva de reavaliação	-	(174)	-	-	-	174	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	366.345	-	366.345
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(19.400)	-	(19.400)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	347.119	(347.119)	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	178.100	1.903	1.904	857.361	710.226	-	-	1.749.494
Incorporação de acervo líquido - Viralcool Egito Agrícola Ltda.	1.361	-	-	-	-	-	-	1.361
Realização da reserva de reavaliação	-	(175)	-	-	-	175	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(52.399)	-	-	(52.399)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(49.397)	-	(49.397)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	-	-	-	-	(49.222)	49.222	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	179.461	1.728	1.904	857.361	608.605	-	-	1.649.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025

Em milhares de reais

	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(49.397)	366.345
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.512	29.338
Depreciações e amortizações	190.048	92.768
Depreciação da lavoura de cana	117.499	107.284
Residual de baixas do imobilizado e intangível	236.544	207.738
Amortização do direito de uso	172.310	171.723
Mudança no valor justo do ativo biológico	103.019	(102.926)
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	284.509	348.996
Reversão de provisão para contingências	(5.377)	(7.684)
Instrumentos financeiros derivativos	(11.019)	(5.236)
Ajustes a valor presente	95.998	92.339
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	-	1.060
Contas a receber da Copersucar	58.756	(90.869)
Estoques	20.437	(21.392)
Impostos e contribuições a recuperar	(51.220)	2.189
Outros ativos circulantes e não circulantes	(174.745)	(885)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(28.402)	(8.696)
Obrigações sociais e tributárias	(7.143)	13.031
Contas a pagar a Copersucar	151.455	(57.233)
Outras obrigações	165.063	(1.886)
Caixa líquido gerado das operações	1.355.847	1.136.004
Juros pagos	74.474	66.136
Recursos líquidos provenientes das operações	1.430.321	1.202.140
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(744.411)	(29.299)
Redução dos investimentos	31.177	24.223
Aquisição de ativo biológico	(301.405)	(313.750)
Mais valia de contrato de fornecimento (Egito)	(9.922)	-
Aquisição do imobilizado	(916.541)	(623.097)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(1.981.102)	(941.923)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.232.181	335.025
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(433.871)	(259.481)
Pagamentos do passivo de operações de arrendamentos	(391.281)	(211.764)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(19.000)
Distribuição de lucros	(52.399)	(19.400)
Partes relacionadas	(43.050)	(54.721)
Recursos líquidos gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	311.580	(229.341)
Aumento (redução) de equivalentes de caixa	(239.201)	30.876
Variação de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	120.020	359.221
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	359.221	328.345
Aumento (redução) de equivalentes de caixa	(239.201)	30.876

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viralcool Açúcar e Álcool Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Viralcool Açúcar e Álcool Ltda. (Empresa) tem sede na Fazenda Santa Cecília, município de Pitangueiras SP. Iniciou suas atividades em 21 de setembro de 1984. Em 2 de janeiro de 2004 abriu filial na Fazenda Santa Amália, município de Castilho SP, cuja produção teve início em junho de 2006. Em 1º de julho de 2022 incorporou a Usina Irmãos Toniello Ltda, localizada no município de Sertãozinho. Em 1º de fevereiro de 2026, incorporou a Viralcool Egito Agrícola Ltda, localizada no município de Pitangueiras. Em 29 de janeiro de 2026, adquiriu a Usina Andrade, localizada no município de Pitangueiras.

A Empresa atua na fabricação e comercialização de açúcar, álcool hidratado e anidro, bem como seus derivados e, também, produção e comercialização de levedura e de energia elétrica. A matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é produzida pela própria Empresa, pelos sócios e fornecedores a preços definidos de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana).

A Empresa é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, cujo ato cooperado firmado entre as partes implica na disponibilização imediata e definitiva da totalidade de sua produção de açúcar e álcool para a Copersucar.

A produção disponibilizada permanece fisicamente nos armazéns da Empresa, os quais têm seu direito de uso cedido para a Copersucar em comodato sem remuneração. O Diretor Agroindustrial da Empresa permanece como fiel depositário dos estoques fisicamente armazenados em seus armazéns. A retirada da produção em decorrência da sua comercialização pela Copersucar ocorre de acordo com a conveniência logística determinada por esta.

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Copersucar, as receitas decorrentes da comercialização desses produtos e as despesas incorridas em decorrência das operações são rateados pela Copersucar para cada cooperado, na proporção dos produtos disponibilizados, independentemente da quantidade física retirada dos armazéns dos cooperados.

As receitas atribuídas a cada cooperado são acrescidas ou reduzidas por diferenciais de qualidade e logística, determinados pelo Conselho de Administração da Copersucar em cada safra.

A Copersucar utiliza o princípio da competência de exercícios na atribuição de receitas e despesas a seus cooperados, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o disposto no Parecer Normativo nº 66, emitido pelo Coordenador do Sistema de Tributação – CST, em 5 de setembro de 1986.

Os valores das receitas e despesas apurados pela Copersucar no rateio para cada cooperado, incluindo as quantidades de estoques a serem baixados em contrapartida do custo das vendas, são informados em relatórios

específicos e detalhados por natureza de evento. A totalidade desses valores é registrada nos livros contábeis e apresentada nas demonstrações financeiras da Copersucar, as quais são examinadas por auditores independentes.

A Copersucar também disponibiliza orientação operacional e econômica às seus cooperados, além da utilização recíproca de serviços no âmbito administrativo, tecnológico, financeiro e jurídico.

1.1 Eventos societários em 2026

1.1.1 Incorporação Viralcool Egito Agrícola Ltda.

Em 1º de fevereiro de 2026, foi realizada incorporação do patrimônio líquido da Viralcool Egito Agrícola Ltda., localizada no município de Pitangueiras. Sendo assim, a Empresa passou a assumir os direitos e obrigações, considerando que a incorporadora e incorporada são sociedades que estão diretamente sobre controle comum e, também, de forma a facilitar a futura reorganização das atividades sociais que constituem o objeto sinérgico delas.

O laudo de avaliação de 1º de fevereiro de 2026, apurou o patrimônio líquido contábil (acervo líquido) da Viralcool Egito Agrícola Ltda. no valor de R\$ 1.361 mil. O processo de incorporação (atas, protocolo de justificação e laudo) foi devidamente protocolado na junta comercial, o qual se encontra em análise pelas autoridades fiscais na data-base de 31 de março de 2026.

Com efeito da incorporação, a incorporadora Viralcool Açúcar e Álcool Ltda. teve seus ativos, passivos e patrimônio líquido aumentados pelos valores transferidos da incorporada Viralcool Egito Agrícola Ltda. O acervo líquido positivo incorporado na data-base de 1º de fevereiro de 2026, estava composto da seguinte forma (em milhares de reais):

	<u>1º/2/2026</u>		<u>1º/2/2026</u>
Ativo		Passivo	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Ativos biológicos	3.345	Passivo de arrendamento	6.281
Total do ativo circulante	<u>3.345</u>	Total do passivo circulante	<u>6.281</u>
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Direito de uso	26.818	Passivo de arrendamento	29.324
Imobilizado	6.803	Total do passivo não circulante	<u>29.324</u>
Total do ativo não circulante	<u>33.621</u>	Patrimônio líquido	
		Capital social	1.361
		Total do patrimônio líquido	<u>1.361</u>
Total do ativo	<u><u>36.966</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>36.966</u></u>

1.1.2 Aquisição Usina Andrade Ltda. (Tereos)

Em 29 de janeiro de 2026, a Empresa celebrou contrato para aquisição da totalidade das quotas da Usina Andrade Ltda. (Tereos), sociedade atuante no segmento sucoenergético, localizada no município de Pitangueiras, pelo montante total de R\$ 657.600 mil.

Entretanto, conforme estabelecido no contrato de compra e venda, até a data de fechamento da operação a vendedora permanece responsável pela condução das operações do negócio, fazendo jus à integralidade dos resultados econômicos e assumindo todas as receitas, custos, despesas e tributos incorridos até a efetiva transferência do controle.

Dessa forma, a Administração concluiu que, em 31 de março de 2026, ainda não estavam presentes os requisitos para o reconhecimento contábil da aquisição como combinação de negócios, uma vez que o controle da adquirida permanecia com a vendedora. Assim, o montante desembolsado foi reconhecido no ativo não circulante como Adiantamento para aquisição de investimento.

A contabilização da aquisição como combinação de negócios será efetuada quando da efetiva transferência do controle da adquirida, ocasião em que serão reconhecidos os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e, quando aplicável, eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), em conformidade com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontravam-se pendentes de conclusão os procedimentos societários e registrais necessários à implementação definitiva da operação, incluindo os registros perante os órgãos competentes, motivo pelo qual seus efeitos societários ainda não haviam sido refletidos nestas demonstrações financeiras.

1.2 Aquisição de ativos agrícolas

Usina Santa Elisa – Projeto Egito

Em 15 de julho de 2025, a Empresa adquiriu parte dos ativos agrícolas e direitos da Raízen S.A relativos à Usina Santa Elisa, localizados na região de Pitangueiras estado de São Paulo. A transação compreendeu aproximadamente 7.788 hectares de áreas cultivadas com cana-de-açúcar, representados por soqueiras de cana, ativos biológicos e contratos de fornecimento de cana. A aquisição é representada por aproximadamente 30% de cana própria e 70% de contratos de fornecimento de cana.

O valor total da transação foi de R\$ 134.459 mil e foi alocado aos ativos adquiridos conforme laudo preparado por peritos e especialistas.

Pedra Agroindustrial S.A – Projeto Ype

Em 02 de março de 2026, a Empresa adquiriu parte dos ativos agrícolas e direitos da Pedra Agroindustrial S/A denominados Ype, localizados na região de Castilho estado de São Paulo. A transação compreendeu aproximadamente 5.068 hectares de áreas cultivadas com cana-de-açúcar, representados por soqueiras de cana, ativos biológicos e contratos de fornecimento de cana, explorados em regime de parceria.

O valor total da transação foi de R\$ 62.859 mil e foi alocado aos ativos adquiridos conforme laudo preparado por peritos e especialistas.

a) Alocação de saldo dos ativos agrícolas adquiridos

Descrição	Nota	Valores	
		Egito	Ype
Ativo biológico	10	3.465	12.196
Direito de uso	15	9.922	-
Ativo imobilizado	16	121.072	50.663
		134.459	62.859

A operação foi estruturada como aquisição de um conjunto de ativos, não se caracterizando como combinação de negócios nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Dessa forma, a contraprestação transferida foi alocada diretamente aos ativos adquiridos com base em seus valores relativos na data da aquisição, não havendo reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

b) Metodologia de avaliação – Ativo biológico e soqueira

O valor registrado como ativo biológico refere-se à cultura de cana-de-açúcar em desenvolvimento destinada à colheita no período de até 12 meses após a data da aquisição, incluindo os tratos culturais abrangidos pelos contratos transferidos.

O montante reconhecido no ativo imobilizado representa o valor econômico residual das plantas portadoras existentes na data da aquisição.

A mensuração desses ativos foi efetuada a partir método de rentabilidade excedente de múltiplos períodos (*Multi-Period Excess Earnings Method* - MPEEM). Para a soqueira de cana (plantas portadoras), foi levado em consideração a depreciação ao longo da vida útil econômica.

c) Metodologia de avaliação – Direito de uso

A Empresa reconheceu direitos de uso, correspondentes aos benefícios econômicos futuros associados aos contratos de fornecimento de cana adquiridos, os quais foram mensurados a partir do método de avaliação de intangíveis (*With and Without Method* - WWM). Tais direitos serão amortizados durante o prazo remanescente dos respectivos contratos, em conformidade com a expectativa de consumo dos benefícios econômicos deles decorrentes.

1.2.1 Debit in Possession (DIP) – “UPI Avaré”

Em 10 de março de 2026, a Empresa, manifestou interesse em participar do processo concorrencial para aquisição da “UPI Avaré”, constituída pelo Grupo Furlan. Os principais ativos que compõem a UPI são representados por propriedades rurais e ativos imobilizados vinculados à sua operação.

No âmbito desse processo e mediante autorização do administrador judicial do Grupo Furlan, a Empresa concedeu financiamento na modalidade *Debit-in-Possession* (DIP) no montante de R\$ 150.000 mil (nota

explicativa nº 13). Nos termos do instrumento celebrado entre as partes, referido valor será utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI caso a Empresa seja declarada vencedora do processo.

Caso a Empresa não seja vencedora, o valor desembolsado deverá ser restituído com prioridade em relação aos demais créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial, sendo atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde a data do desembolso e acrescido de juros remuneratórios de 12% ao ano, até a data de sua efetiva liquidação.

1.3 Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma Tributária prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% para a CBS e 0,10% para o IBS, sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da Reforma Tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não requerem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação infralegal seja concluído e a transição avance a partir de 2026. A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável e avaliará tempestivamente os eventuais impactos contábeis e operacionais.

1.4 RenovaBio – Cbios

Em 31 de março de 2026, a Empresa possuía 228.813 mil Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra 25/26 foram comercializados 192.898 mil Cbios referentes a safra de 24/25 e 186.489 mil Cbios referentes a safra 25/26, classificados em receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após a sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o RenovaBio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 25 de junho de 2026.

b Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Empresa requerem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Empresa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços).
- **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Empresa é classificada como nível 1 e nível 2.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração da Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas pela Administração da Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- **Valor justo do ativo biológico:** representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados;
- **Taxa incremental dos arrendamentos e das parcerias agrícolas a pagar:** os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

- **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** a Virálcool reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado;
 - **Provisão para contingências:** a Virálcool é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
 - **Valor justo dos instrumentos financeiros:** o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.
 - **Provisão de estoque:** Constituição de provisão para as perdas estimadas pela não realização de estoques, para os itens sem movimentação há mais de 180 dias. O julgamento feito com base na perda estimada e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada produto e utilizações futuras conforme nota explicativa nº 9.
- e Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Controladora e suas controladas**
- e.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025**
- As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individual e consolidada da Controladora e suas controladas:
- (i) **OCPC10:** Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO).
- e.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas**
- Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Controladora e suas controladas não adotaram antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individual e consolidada:
- (i) **CBPS 01 / IFRS S01 e CBPS 02 / IFRS S02:** As normas CBPS 01 e CBPS S02 (IFRS S1 E IFRS S2) estabelecem os requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase específica nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Tais divulgações devem ser consistentes com a

governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

- (ii) **CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7:** As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos vinculados a eventos contingentes.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Empresa entende que a mudança da norma não possui impacto sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

- (iii) **CPC 51 / IFRS 18:** O CPC 51 (IFRS 18) estabelece novos conceitos fundamentais relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias distintas: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (*Management Performance Measures – MPMS*), bem como determina critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

3 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Empresa possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e da Copersucar e outros ativos.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Empresa classifica as aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, passivo de operações de arrendamentos, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros a valor justo, contas a pagar a Copersucar, partes relacionadas e outras obrigações.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Empresa possui são classificados na categoria:

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b.1 Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

c Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou

menos da data da aquisição. As aplicações financeiras que possuem um vencimento superior a três meses foram classificadas em conta específica no ativo circulante, pois não atende plenamente o conceito de equivalentes de caixa. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas com créditos esperadas, quando aplicáveis, são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou adiantamentos efetuados, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

f Investimentos

Os investimentos em sociedades são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, o qual é reconhecido no resultado do exercício como receita ou despesa operacional.

Os investimentos em Cooperativas de créditos são reconhecidos pelo custo amortizado e são acrescidos pelos valores recebidos a título de distribuição de sobras ou aumento de capital, com base no movimento da Empresa.

O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Empresa conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

g Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Empresa, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada na taxa incremental, que foi de 16,33% a.a.

h Direito de uso e passivo de operações de arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

h.1 Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

h.2 Passivo de operações de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de operações de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Empresa na data do início do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamentos são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

i Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

i.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Empresa realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março (ano-safra). Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curto período de parada para manutenção.

i.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i.4 Manutenção de entressafra

A Empresa realiza anualmente manutenções em suas indústrias, normalmente no período compreendido entre novembro a março ao final de cada período de moagem. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra, bem como a depreciação desse período. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

j Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Empresa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

m Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Empresa.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas, reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, depreciação acelerada, base de cálculo negativa e prejuízo fiscal e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

o Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

p Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

q Reconhecimento de receitas

q.1 Venda de produtos – açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Copersucar são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Empresa combinadas em relação aos demais cooperados, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

q.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

r Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com pessoas ligadas e juros sobre o capital próprio, e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

s Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

t Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

v Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Empresa diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Caixa	124	137
Bancos conta movimento	56.530	95.271
Aplicações financeiras	63.366	263.813
	<u>120.020</u>	<u>359.221</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real), e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos, sem perda de rendimentos.

As aplicações financeiras com liquidez abaixo de 90 dias e sem o risco de alteração significativa de mudança de valor foram classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração do fluxo de caixa.

5 Aplicações financeiras

	2026	2025
Título de capitalização	<u>2.994</u>	<u>2.994</u>

Considerando que os prazos formais de vencimentos dos títulos de capitalização são superiores há 90 dias, não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa para fins de classificação no balanço patrimonial.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa participa em operação de *Swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros, visando reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos e tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Ativo circulante		
Operação de Swap	-	2.971
Operação de NDF's	1.414	
	<u>1.414</u>	<u>2.971</u>
Ativo não circulante		
Operação de Swap	9.598	-
Operação de NDF's	4.852	-
	<u>14.450</u>	<u>-</u>
Passivo		
Operação de Swap	1.874	-
	<u>1.874</u>	<u>-</u>

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
No resultado financeiro (nota explicativa nº 30):		
Ganho com instrumentos financeiros a valor justo	7.198	5.236
Perda com instrumentos financeiros a valor justo	(2.607)	-
Resultado financeiro líquido	<u>4.591</u>	<u>5.236</u>

Os saldos estimados das operações de instrumentos financeiros derivativos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

Ano safra de vencimento	NDF's	Swap
Safra 27/28	4.852	-
Safra 31/32	-	9.598
	<u>4.852</u>	<u>9.598</u>

7 Contas a receber de clientes

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Duplicatas a receber	<u>5.858</u>	<u>5.858</u>

As perdas com créditos esperadas (PCE), quando aplicável, são calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes.

A Administração avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com clientes na data-base de 31 de março de 2026 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

8 Operações com a Copersucar

Refere-se a valores a receber provenientes das vendas de açúcar e etanol realizadas pela Cooperativa que serão recebidas ao longo do exercício subsequente, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº66 de 5 de setembro de 1986.

A operação está amparada por meio do contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Ltda. – Copersucar, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

9 Estoques

	2026	2025
Aquisição de insumos – estoque em poder de terceiros	64.454	93.437
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	66.834	54.868
CBIOS (i)	6.699	10.340
Produtos agrícolas – milho e soja	411	190
	<u>138.398</u>	<u>158.835</u>
Provisão para obsolescência (ii)	<u>(3.393)</u>	<u>(3.393)</u>
	<u>135.005</u>	<u>155.442</u>

(i) Refere-se a 228.813 títulos emitidos e ainda não comercializados, valorizados a valor justo.

(ii) A provisão para obsolescência é composta pelo saldo dos itens do estoque que não apresentam movimentação há mais de 180 dias.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

A administração da Empresa entende, em decorrência da análise dos itens, que a provisão já constituída era suficiente para cobrir possíveis perdas para obsolescência, para movimentação lenta e não realização de estoques.

10 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. O saldo do ativo biológico (cana em pé) registrado a valor justo, menos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda são demonstrados da seguinte forma:

	2026	2025
Saldo inicial de ativo biológico a valor justo	177.229	109.549
Aumento decorrente de tratamentos culturais	285.744	313.750
Aquisição de ativos biológicos projeto Egito/ Ype	19.006	-
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	(284.509)	(348.996)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(103.019)	102.926
Ativo biológico no final do exercício a valor justo	94.451	177.229

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

Descrição	Ano safra	Valor
1º corte	2026/2027	21.146
2º corte	2027/2028	15.599
3º corte	2028/2029	22.177
4º corte	2029/2030	16.606
5º corte	2030/2031	9.740
6º corte	2030/2032	9.183
		94.451

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado no ativo biológico correspondente aos tratamentos culturais (cana em pé).

As principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, foram:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol;
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratamentos culturais) até a colheita; (ii) custos com colheita/corte, carregamento e

transporte – CCT; (iii) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (iv) impostos incidentes sobre fluxo de caixa positivo.

- c) A taxa de desconto utilizada é baseada nos custos de financiamentos para a modalidade agrícola, sendo revisada periodicamente pela Administração da Empresa.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares)	58.409	57.840
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	78,15	78,24
Quantidade total de açúcar recuperável – ATR (kg)	126,45	128,52
Valor do kg de ATR	1,06	1,29
Taxa de desconto	16,33%	12,46%

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2026			2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
PIS (ii)	14.784	-	14.784	4.999	-	4.999
PIS sobre obras em andamento (iii)	-	1.897	1.897	-	2.179	2.179
COFINS (ii)	67.979	-	67.979	22.897	-	22.897
COFINS sobre obras em andamento (iii)	-	8.009	8.009	-	9.741	9.741
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (i)	9.585	10.582	20.167	9.896	15.441	25.337
ICMS sobre obras em andamento (iii)	-	1.417	1.417	-	2.524	2.524
ICMS (i)	3.674	-	3.674	2.550	-	2.550
IPI (i)	505	-	505	633	-	633
IRPJ/ CSLL a compensar	2	-	2	-	-	-
Outros tributos	1.872	-	1.872	-	-	-
IRRF sobre aplicação financeira	2.984	-	2.984	1.210	-	1.210
	101.385	21.905	123.290	42.185	29.885	72.070

(i) Os créditos do ICMS e do IPI são provenientes das aquisições de matérias-primas e insumos utilizados na produção e da aquisição de equipamentos industriais.

(ii) A Empresa, amparada nos dispositivos legais, efetua a apuração das contribuições do PIS e da COFINS de forma não-cumulativa, creditando-se pelas aquisições de matérias-primas e insumos utilizados na produção. Referidos créditos são compensados com débitos do PIS e da COFINS e outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal quando possível. Os créditos foram classificados conforme estimativa de realização.

Ainda, no exercício de 2026, foram levantados créditos extemporâneos de PIS e da COFINS de diferença dos créditos incidentes sobre os insumos de tributação monofásica essenciais à operação.

(iii) Os referidos créditos são provenientes de aquisições de itens destinados as obras industriais que serão imobilizadas. O início da sua realização se dará após a finalização das obras.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2026	2025
Cana-de-açúcar (i)	20.663	-
Plantio e tratos culturais	127.783	123.704
Fornecedores de bens e serviços	51.845	51.009
	200.291	174.713

(i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são baixados após a entrega da cana-de-açúcar nas safras seguintes.

13 Outros ativos

	2026	2025
<i>Debit in Possession</i> (DIP) (i)	150.000	-
Outros ativos	1.071	1.754
	151.071	1.754

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.1, a Empresa manifestou interesse em participar do processo concorrencial para aquisição da UPI da Usina Furlan de Avaré, e procedeu com o financiamento na modalidade *Debit in Possession* (DIP) concedido ao Grupo Furlan no dia 10 de março de 2026, o qual foi realizado por meio de depósito judicial.

14 Investimentos

a Composição do saldo

	2026	2025
Imóveis não de uso	1.200	1.200
Uniduto Logística S.A.	16.768	16.427
Cocred – Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana de Sertãozinho	9.642	8.633
Copersucar S.A.	170.236	117.813
Cooperativa dos Plantadores de Cana Oeste do Estado de São Paulo – Copercana	12.447	11.543
Toniello Biometano Participações	100	-
Usina Andrade	658.019	-
Serinvest Hotel Comfort	3.918	3.480
	872.330	159.096

b Movimentação dos investimentos

	Imóveis	Uniduto	Cocred	Copersucar	Copercana	Toniello Biometano	Usina Andrade (Tereos) – (i)	Serinvest	Total
Saldos em 31 de março de 2024	1.200	15.090	5.910	119.271	9.478	-	-	3.071	154.020
Aporte/ integralização de capital	-	-	-	-	735	-	-	-	735
Incorporação das sobras ao capital social	-	-	2.723	-	1.330	-	-	-	4.053
Dividendos recebidos	-	-	-	(21.803)	-	-	-	-	(21.803)
Outros ganhos e perdas de participações societárias	-	-	-	(2.420)	-	-	-	-	(2.420)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.337	-	22.765	-	-	-	409	24.511
Saldos em 31 de março de 2025	1.200	16.427	8.633	117.813	11.543	-	-	3.480	159.096
Aporte/ integralização de capital	-	-	-	-	-	100	-	-	100
Adiantamento para aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	658.019	-	658.019
Incorporação das sobras ao capital social	-	-	1.009	-	904	-	-	-	1.913
Dividendos recebidos	-	-	-	(31.073)	-	-	-	(104)	(31.177)
Outros ganhos e perdas de participações societárias	-	-	-	30.799	-	-	-	91	30.890
Resultado de equivalência patrimonial	-	341	-	52.697	-	-	-	451	53.489
Saldos em 31 de março de 2026	1.200	16.768	9.642	170.236	12.447	100	658.019	3.918	872.330

- (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.2, o saldo refere-se ao adiantamento para aquisição da totalidade das quotas da Usina Andrade Ltda., sociedade atuante no segmento sucroenergético, localizada no município de Pitangueiras. A aquisição foi formalizada por meio de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, o qual estabelece que a vendedora permanecerá responsável pela condução das operações da sociedade, bem como pelos ativos, passivos e resultados gerados até 31 de março de 2026.

Em razão das disposições contratuais, a transferência do controle da investida para a Empresa ocorrerá somente em 1º de abril de 2026, data em que a Empresa passará a deter o poder de dirigir as atividades relevantes da investida e, consequentemente, a assumir os riscos e benefícios associados à sua operação. Dessa forma, até a efetiva transferência do controle, os valores desembolsados para a aquisição das quotas permanecem registrados como adiantamento para aquisição de investimento, não sendo reconhecidos, até aquela data, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, os resultados da investida ou eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), os quais serão mensurados e reconhecidos após a conclusão da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation – PPA*), em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

15 Direito de uso e passivo de operações de arrendamentos

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Esses contratos terão seus saldos amortizados conforme os prazos definidos (período entre 1 a 30 anos).

A Empresa considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Ainda, adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A taxa de empréstimo incremental do passivo de arrendamento aplicada foi de aproximadamente 16,33% ao ano. A movimentação do direito de uso durante os períodos foram os seguintes:

	Direito de uso (parcerias agrícolas)
Saldo em 1º de abril de 2024	751.285
Amortização	(171.723)
Remensuração	165.950
Saldo final em 31 de março de 2025	745.512
Custo total	1.432.270
Amortização acumulada	(686.758)
Valor residual	745.512
Saldo em 1º de abril de 2025	745.512
Amortização	(172.310)
Mais valia de contrato de fornecimento (Egito)	9.922
Remensuração	150.861
Saldo final em 31 de março de 2026	733.985
Custo total	1.593.053
Amortização acumulada	(859.068)
Valor residual	733.985
Vida útil (anos)	1 a 30

A movimentação do passivo de operações de arrendamentos durante os períodos foram os seguintes:

	Compromissos de contratos de parcerias agrícolas	Ajuste a valor presente	Passivo de operações de arrendamentos
Saldos em 31 de março de 2024	1.232.779	(392.185)	840.594
Pagamentos	(211.764)	-	(211.764)
Apropriação de encargos financeiros		92.339	92.339
Remensurações	41.307	(101.162)	(59.855)
Novos contratos	341.146	(115.340)	225.806
Saldos em 31 de março de 2025	1.403.468	(516.348)	887.120
Pagamentos	(392.415)	-	(392.415)
Apropriação de encargos financeiros	-	95.998	95.998
Remensurações	(249.535)	184.703	(64.832)
Novos contratos	333.943	(108.329)	225.614
Saldos em 31 de março de 2026	1.095.461	(343.976)	751.485
Circulante			172.310
Não circulante			714.810
Saldos em 31 de março de 2025			887.120
Circulante			150.763
Não circulante			600.722
Saldos em 31 de março de 2026			751.485

Os saldos estimados dos passivos de operações de arrendamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

Ano	Valor
Março/2028	142.072
Março/2029	122.399
Março/2030	100.648
Março/2031	77.852
Março/2032	53.401
Após março/2033	104.350
	600.722

16 Imobilizado

a Composição do saldo

				2026	2025
	Taxa média anual de depreciação	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	8.247	-	8.247	8.247
Edificações	2,50%	147.618	(26.855)	120.763	110.929
Máquinas e equipamentos	4,00%	722.831	(247.640)	475.191	465.430
Instalações	4,00%	35.683	(23.776)	11.907	13.189
Móveis e utensílios	10,00%	7.642	(4.389)	3.253	3.000
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	20,00%	756.625	(278.962)	477.663	408.649
Equipamentos de informática	20,00%	26.064	(12.311)	13.753	14.411
Imobilizado em andamento	-	52.519	-	52.519	72.132
Outras imobilizações	-	556	-	556	150
Lavoura de cana	20%	1.305.171	(502.664)	802.507	473.586
Entressafra	100%	231.660	-	231.660	209.196
		3.294.616	(1.096.597)	2.198.019	1.778.919

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

Os armazéns de açúcar e os reservatórios de etanol da Empresa são cedidos em comodato à Copersucar, sem remuneração, para armazenagem da produção, quando esta é disponibilizada para a comercialização pela Copersucar.

b Movimentação do custo + reavaliação

								Ativos adquiridos a valor justo		
	31/3/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	31/3/2025	Aquisições	Baixas	Projeto Egito/Ype	Transferências	31/3/2026
Terrenos	8.247	-	-	-	8.247	-	-	-	-	8.247
Edificações	86.234	-	-	47.533	133.767	-	-	-	13.851	147.618
Máquinas e equipamentos	594.409	-	(11.682)	99.064	681.791	44	(300)	-	41.296	722.831
Instalações	34.951	-	-	573	35.524	-	(118)	-	277	35.683
Móveis e utensílios	6.266	-	-	601	6.867	-	-	-	775	7.642
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	565.920	-	(22.805)	88.547	631.662	612	(29.944)	-	154.295	756.625
Equipamentos de informática	15.631	-	-	6.942	22.573	-	-	-	3.491	26.064
Imobilizado em andamento	107.404	21.099	(138)	(56.233)	72.132	1.483	(15.078)	-	(6.018)	52.519
Outras imobilizações	762	186.421	(6)	(187.027)	150	234.248	(25.216)	-	(208.626)	556
Lavoura de cana	693.207	197.622	(32.078)	-	858.751	306.449	(38.567)	178.538	-	1.305.171
Entressafra	158.943	217.955	(167.702)	-	209.196	241.970	(219.506)	-	-	231.660
	2.271.974	623.097	(234.411)	-	2.660.660	784.806	(328.729)	178.538	(659)	3.294.616

c Movimentação da depreciação acumulada

	31/3/2024	Adições	Baixas	31/3/2025	Adições	Baixas	31/3/2026
Edificações	(20.641)	(2.197)	-	(22.838)	(6.086)	2.069	(26.855)
Máquinas e equipamentos	(205.894)	(18.255)	7.788	(216.361)	(61.053)	29.774	(247.640)
Instalações	(20.967)	(1.368)	-	(22.335)	(1.861)	420	(23.776)
Móveis e utensílios	(3.410)	(457)	-	(3.867)	(522)	-	(4.389)
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	(174.972)	(66.926)	18.885	(223.013)	(115.871)	59.922	(278.962)
Equipamentos de informática	(5.281)	(2.881)	-	(8.162)	(4.149)	-	(12.311)
Lavoura de cana	(277.881)	(107.284)	-	(385.165)	(117.499)	-	(502.664)
	(709.046)	(199.368)	26.673	(881.741)	(307.041)	92.185	(1.096.597)

17 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	51.480	63.075
Fornecedores de bens e serviços (ii)	160.113	136.920
	211.593	199.995

- (i) O saldo da conta de fornecedores de cana-de-açúcar sofre atualização com base na variação do preço do Kg do ATR CONSECANA.
- (ii) O saldo está composto pelas obrigações a pagar da aquisição dos ativos agrícolas no montante remanescente de R\$ 40.000 mil, relativos à aquisição de soqueiras de cana e ativos biológicos da Pedra Agroindústria S.A., intitulado projeto Ype, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.

18 Empréstimos e financiamentos

Moeda/ finalidade	Taxa anual	Vencimento final	2026			2025		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Custeio da operação	Entre CDI + 1% a.a. e CDI + 1,90% a.a.	Outubro de 2031	98.186	1.224.102	1.322.288	201.758	257.792	459.550
Debêntures	8,91% a.a. + IPCA	Fevereiro de 2032	-	213.224	213.224	-	203.178	203.178
			98.186	1.437.326	1.535.512	201.758	460.970	662.728

As garantias são alienação fiduciária de bens, notas promissórias e avais.

- (i) Em 28 de janeiro de 2025, a Empresa emitiu Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, destinadas exclusivamente a investidores profissionais, no valor total de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), ao custo da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescida do spread de 8,91% ao ano com vencimento final em 15 de fevereiro de 2032. O agente de liquidação e escriturador das Notas Comerciais Escriturais emitidas foi a VÓRTX Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Os saldos estimados dos empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

Ano safra de vencimento	Finalidade	
	Custeio da operação	Debêntures
Safra 27/28	215.354	-
Safra 28/29	512.905	-
Safra 29/30	201.247	-
Safra 30/31	202.489	-
Safra 31/32	92.107	213.224
	1.224.102	213.224

a) **Covenants**

Notas comerciais escriturais

As notas comerciais escriturais, possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants* financeiros e não financeiros), que devem ser atendidas ao final de cada exercício:

Índice	Meta
(1) Razão (dívida líquida / EBITDA)	<= 2,50x
(2) Liquidez corrente	>= 1,00x
(3) Redução de capital social com outra finalidade que não a absorção de prejuízos	N/A
(4) Alteração no controle societário, direto ou indireto, da Emitente e/ou do Avalista PJ	N/A

Em 30 de março de 2026, foi emitida anuência prévia (*waiver*) para que o índice financeiro “Dívida Líquida/ EBITDA” não seja verificado no exercício social a se encerrar em 31 de março de 2026.

Custeio agrícola

As operações de custeio agrícola, possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants* financeiros e não financeiros), que devem ser atendidas ao final de cada exercício:

Ainda, existem obrigações contratuais decorrentes de contratos de capital de giro, com cláusula contratual restritiva (*covenants* financeiros e não financeiros). Os índices levam em consideração os demonstrativos combinados, sendo:

Índice	Meta
(1) Razão (dívida líquida / EBITDA)	<= 3,25x
(2) Razão (EBITDA / Despesas financeiras líquidas)	>= 2,50x
(3) Liquidez corrente	>= 1,00x
(4) Alienação ou perda de ativos em montante superior a 20% do ativo total	N/A
(5) Perda de parte do patrimônio líquido em montante superior a 25% do patrimônio líquido divulgado nas DF's	N/A
(6) Alienação ou perda de ativos em montante superior a 10% do ativo total	N/A

Todos os *covenants* relativos às operações de custeio agrícola, foram devidamente cumpridos.

19 Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais

	2026	2025
Provisão de férias e encargos	23.456	20.446
Salários a pagar	14.824	13.269
INSS	7.504	8.679
FGTS	2.284	1.354
IRRF	1.061	1.297
Provisão de 13º salário e encargos	4.275	3.664
Parcelamento – PERT	1.128	1.128
Outros	183	159
	54.715	49.996

20 Adiantamento de clientes

	2026
Adiantamento de clientes	154.346

Refere-se a contratos de compra e venda de energia elétrica na modalidade de pré-pagamento, por meio dos quais a Empresa recebeu antecipadamente os recursos financeiros correspondentes à energia contratada a ser disponibilizada durante o período de fornecimento estabelecido contratualmente.

A operação possui natureza predominantemente financeira, sendo a liquidação física da energia realizada de forma simbólica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mediante o registro dos respectivos montantes de energia contratados, em conformidade com a regulamentação aplicável ao setor elétrico.

O reconhecimento da receita decorrente da venda de energia ocorre ao longo do período de fornecimento, à medida em que a obrigação de desempenho é satisfeita.

21 Partes relacionadas

	2026	2025
Passivo		
Circulante		
Adiantamento para fornecimento de cana-de-açúcar	41.628	84.677
Obrigações com sócios (i)	-	96.817
	41.628	181.494
Não circulante		
Obrigações com sócios (i)	101.582	4.766
	143.210	186.260

- (i) Correspondente a aquisição em 2012 (transformação da Empresa em agroindústria) de cana em caule e soqueiras de cana-de-açúcar dos sócios, corrigidos monetariamente pelos juros da poupança.

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas e em montantes significativos. Caso essas transações fossem realizadas com terceiros, os valores poderiam sofrer alterações e gerar resultados diferentes para a Empresa.

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a Composição do saldo

	2026	2025
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Ativo biológico – CPC 29	71.220	36.267
Amortização do direito de uso – CPC 06	20.666	58.642
Provisão para contingência	966	2.794
Provisão para obsolescência	1.154	1.154
Instrumentos financeiros derivativos	711	1.010
	<u>94.717</u>	<u>99.867</u>
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(145.624)	(122.981)
Reserva de reavaliação	(890)	(980)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.336)	-
Depreciação incentivada – indústria e atividade rural	(100.494)	(85.021)
	<u>(251.344)</u>	<u>(208.982)</u>
Líquido	<u>(156.627)</u>	<u>(109.115)</u>

b Efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios

	2026	2025
Ativo biológico – CPC 29	35.027	(34.995)
Amortização do direito de uso – CPC 06	(37.975)	17.396
Variação cambial e provisão para contingências	(1.828)	(3.136)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(22.595)	(22.305)
Reserva de reavaliação	90	90
Depreciação incentivada – indústria e atividade rural	(15.474)	13.372
Instrumentos financeiros derivativos	(4.757)	240
	<u>(47.512)</u>	<u>(29.338)</u>

c IRPJ/CSLL diferidos – diferenças temporárias

Refere-se aos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente, calculados a partir das alíquotas oficiais (IRPJ = 15% + adicional de 10% e CSLL = 9%).

23 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Empresa é parte envolvida no polo passivo em ações trabalhistas, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de março de 2026, a Administração da Empresa decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Trabalhistas	<u>2.840</u>	<u>8.217</u>

A Empresa efetuou depósitos judiciais para certas contingências passivas, independentemente se a Administração julga a contingência como perda provável. Em 31 de março de 2026, os valores dos depósitos judiciais eram de R\$ 18.451 (R\$ 18.601 em 2025).

24 Passivos contingentes

A Empresa está sujeita e tem diversos processos decorrentes do curso normal de seus negócios:

a Processos cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte envolvida em ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho destes processos é de perda possível, mas não provável. Desta forma, a Administração optou em não constituir nenhuma provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas futuras. Conforme os assessores jurídicos, os valores das demandas com estimativa de perda possível montam R\$ 4.360 em 31 de março de 2026 (R\$ 3.004 em 31 de março de 2025).

b Processos tributários

PIS e COFINS: existem autos de infração, discussões sobre a homologação de direitos creditórios constantes na Declaração de Compensação e execução fiscal, acerca de valores relativos ao PIS e COFINS. Os assessores jurídicos, com base no mérito das matérias e nas provas, classificaram as demandas como perda possível no montante de R\$ 2.041 em 31 de março de 2026 e de 2025.

ICMS: existem autos de infração lavrado e formalizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em face da filial de Castilho – SP, que substancialmente referem-se a falta de estorno de crédito de ICMS decorrente do consumo de óleo diesel com fim alheio à atividade do estabelecimento. Os assessores jurídicos, com base no mérito das matérias e nas provas, classificaram as demandas como perda possível no montante de R\$ 1.792 em 31 de março de 2026 e de 2025).

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais (em geral cinco anos) para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

25 Patrimônio Líquido

a Capital social

Composto por 179.461 mil cotas em 31 de março de 2026 (178.100 em 31 de março de 2025) no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

b Reserva de reavaliação

Líquida dos efeitos tributários é realizada na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados.

c Ajuste de avaliação patrimonial

Decorrente da avaliação ao valor justo dos investimentos em sociedades cooperativas.

d Reserva de incentivos fiscais

Incentivos fiscais estadual considerados pela Lei Complementar nº160/2017 como subvenções para investimentos, relativos a: **(i)** isenção nas vendas de levedura efetuadas dentro do Estado de São Paulo, conforme previsão do art. 8º, c/c o art. 41, inc. V, do Anexo I, do RICMS/SP1; **(ii)** redução de alíquota para a venda do etanol hidratado combustível relativamente às vendas realizadas no Estado de São Paulo, conforme previsão do art. 54, inc. VI, do RICMS/SP, decorre das disposições contidas na Cláusula Primeira, § 4º, inc. XVII, do Convênio ICMS nº 190/2017; **(iii)** reduções de bases cálculo para os açúcares componente da “cesta básica”, nas vendas internas que são efetuadas dentro do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O RICMS-SP traz a redução de base de cálculo em seu art. 51, c/c o art. 3º, inc. V, Anexo II, do RICMS/SP4. Minas Gerais prevê referida redução no art. 43, c/c o item 20a, parte 1, Anexo IV, do seu RICMS, enquanto o Estado do Paraná traz como fundamento o art. Art. 4º, § único, c/c - Anexo VI, item 9 do RICMS, conforme previsão expressa no Convênio ICMS 128/1994; e **(iv)** diferimento do ICMS em operações de vendas internas de etanol anidro carburante e etanol hidratado carburante, efetuadas dentro do Estado de São Paulo, conforme o RICMS/SP no art. 55, XXVI c/c os arts. 419 ou 419-B, do Paraná conforme o RICMS/PR no art. art. 17, IV, “e” c/c atr. 60 do Anexo IX e sub-item “4.1.1”. Artigo 31 do Anexo VIII e de Minas Gerais, conforme RICMS-MG/02 dos art. 8º da Parte Geral com Anexo II, item 36, parte 1, alíneas “a” e “b”.

O montante do benefício assim como a reserva em 31 de março de 2026 e de 2025 é de R\$ 857.361.

e Reserva de lucros

Os lucros retidos são distribuídos conforme deliberação dos sócios da Empresa.

f Distribuição de lucros

Em 31 de março de 2026 e de 2025 foram distribuídos lucros nos montantes de R\$ 52.339 e de R\$ 19.400, respectivamente, conforme definição estabelecida pelos quotistas.

26 Receita operacional líquida

	2026	2025
Receita operacional bruta		
Venda de produtos – mercado interno:		
Açúcar	546.973	834.393
Etanol	865.488	913.457
Energia elétrica	127.837	93.239
Produtos agrícolas	15.175	22.239
Bagaço e levedura	45.452	31.887
Crédito de descarbonização (CBIO)	9.945	8.034
Sucatas	2.956	3.264
	1.613.826	1.906.513
Venda de produtos – mercado externo:		
Açúcar	726.238	899.353
Etanol	40.199	33.806
	766.437	933.159
	2.380.263	2.839.672
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas:		
ICMS	(108.167)	(138.787)
PIS	(11.982)	(8.908)
COFINS	(55.404)	(41.064)
IPI	(66)	(37)
Contribuição previdenciária	(47.553)	(56.238)
	(223.172)	(245.034)
	2.157.091	2.594.638

A produção da Empresa nos anos safra foi de:

Ano safra	Etanol – M³	Açúcar – Saca	Mwh
2025/2026	271.728	12.487.355	402.737
2024/2025	302.985	13.470.586	454.067

27 Custos dos produtos vendidos

O custo de produção da Empresa é composto substancialmente por matéria-prima (cana-de-açúcar), variação do valor justo de ativo biológico, depreciação de máquinas e equipamentos e de manutenção da entressafra, mão de obra e serviços de terceiros, os quais em conjunto, perfazem aproximadamente 86% do total de custos de produção dos produtos acabados da Empresa.

28 Despesas operacionais com vendas, gerais e administrativas

	2026	2025
Despesas Copersucar	(71.539)	(85.824)
Performance energia elétrica	(59.504)	(36.840)
Serviços profissionais	(27.289)	(27.774)
Pessoal e encargos	(17.350)	(16.524)
Transferências de rateios	(8.590)	(9.670)
Manutenções em geral	(7.241)	(7.982)
Depreciação e amortização	(5.096)	(6.678)
Multas, impostos e taxas	(2.211)	(2.765)
Combustíveis e lubrificantes	(1.116)	(832)
Aluguéis em geral	(535)	(727)
Publicidade e propaganda	(652)	(592)
Ferramentas, acessórios e desgaste	(359)	(436)
Frete e carretos	(77)	(64)
Produtos e insumos	(59)	(45)
Outras despesas	(234)	(280)
	<u>(201.852)</u>	<u>(197.033)</u>

29 Outras receitas operacionais líquidas

	2026	2025
Ganhos com investidas	55.152	25.542
Crédito extemporâneo PIS/ COFINS e ICMS (i)	105.030	82.092
Outras receitas	9.154	22.099
	<u>169.336</u>	<u>129.733</u>

- (i) No exercício de 2026 foram realizados trabalhos para levantamentos de créditos de PIS e COFINS sobre insumos de tributação monofásica essenciais à operação, os quais estão fundamentados na Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002, Art.3 inciso I alínea B e Lei 10.833 de 29 de novembro de 2003.

30 Resultado financeiro líquido

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	26.449	6.258
Variação cambial ativa	367	6.583
Instrumentos financeiros a valor justo, líquido	4.591	5.236
Descontos obtidos	1.272	1.100
Outras receitas financeiras	719	2.035
	<u>33.398</u>	<u>21.212</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(127.169)	(76.046)
Ajuste a valor presente	(95.998)	(92.339)
Variação cambial passiva	(12.680)	-
Outras despesas financeiras	(18.410)	(5.350)
	<u>(254.257)</u>	<u>(173.735)</u>
	<u>(220.859)</u>	<u>(152.523)</u>

31 Imposto de renda e contribuição social – correntes

Descrição	2026		2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.362	2.362	470.025	470.025
Adições:				
Depreciação incentivada – atividade rural	108.654	108.654	100.190	100.190
Depreciação incentivada – indústria	9.579	9.579	9.610	9.610
Depreciação acumulada itens antigos	-	-	1.607	1.607
Apropriação despesa financeira – CPC 06	95.998	95.998	92.339	92.339
Amortização do direito de uso	172.310	172.310	171.723	171.723
Instrumentos financeiros a valor justo	2.607	2.607	-	-
Reserva de reavaliação	265	265	265	265
Multas	43	43	87	87
Outras adições	1.169	1.169	1.011	1.011
	390.625	390.625	376.832	376.832
Exclusões:				
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(93.984)	(93.984)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(66.456)	(66.456)	(65.603)	(65.603)
Depreciação incentivada – atividade rural	(150.564)	(150.564)	(85.720)	(85.720)
Estorno das notas fiscais emitidas - CPC 06	(379.999)	(379.999)	(212.899)	(212.899)
Ganhos com investida	(54.143)	(54.143)	(22.692)	(22.692)
Distribuição de sobras AGO	(1.010)	(1.010)	(4.192)	(4.192)
Incentivos fiscais – P&D Lei do Bem	(4.036)	(4.036)	(12.026)	(12.026)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.198)	(7.198)	(5.236)	(5.236)
CBIOS	(9.945)	(9.945)	(14.616)	(14.616)
Reversão da provisão para contingências	-	-	(7.684)	(7.684)
Ativo biológico – CPC 29	(93.019)	(93.019)	(102.926)	(102.926)
Outras exclusões	(71.674)	(71.674)	-	-
	(838.044)	(838.044)	(627.578)	(627.578)
Base de cálculo	(445.057)	(445.057)	219.279	219.279
Imposto de renda devido em determinados trimestres	3.116	-	54.570	-
Contribuição social devida em determinados trimestres	-	1.131	-	19.772
	3.116	1.131	54.570	19.772
		4.247		74.342

32 Programa de participação nos lucros ou resultados

A Administração da Empresa implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados conforme acordo coletivo, baseado em metas operacionais e individuais.

Os indicadores operacionais e individuais acordados entre a Empresa e os colaboradores, através do sindicato que os representam, estão relacionados substancialmente aos seguintes aspectos: (i) produtividade industrial; (ii) avaliações de desempenho e (iii) performance econômico-financeira. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área industrial, administrativa e agrícola. O montante dessa participação registrado no grupo de despesas com pessoal no resultado de 31 de março de 2026 foi de R\$ 10.901 (R\$ 12.472 em 31 de março de 2025).

33 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

	Nota	2026	2025	Classificação
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.654	95.408	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	63.366	263.813	(ii)
Aplicações financeiras	5	2.994	2.994	(ii)
Instrumentos financeiros derivativos	6	15.864	2.971	(ii)
Contas a receber de clientes	7	5.858	5.858	(i)
Contas a receber da Coopersucar	8	155.327	214.083	(i)
Outros ativos	13	150.000	-	(i)
		450.063	585.127	
Passivos financeiros				
Fornecedores	17	211.593	199.995	(iii)
Passivo de operações de arrendamentos	15	751.485	887.120	(iii)
Empréstimos e financiamentos	18	1.535.512	662.728	(iii)
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.874	-	(iv)
Contas a pagar a Coopersucar	8	154.984	3.529	(iii)
Partes relacionadas	21	143.210	186.260	(iii)
Outras obrigações		9.095	-	(iii)
		2.807.753	1.939.632	

Classificação:

- (i) Ativo ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivo ao custo amortizado.
- (iv) Passivo ao valor justo por meio do resultado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos.
- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Empresa vende (ou entrega no caso para Copersucar) ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros ao valor justo, contas a receber e adiantamentos. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ao valor justo decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Empresa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber e dos adiantamentos são reduzidos em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

Ativos financeiros	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	120.020	359.221
Aplicações financeiras	2.994	2.994
Instrumentos financeiros derivativo	15.864	2.971
Contas a receber de clientes	5.857	5.858
Contas a receber da Copersucar	155.327	214.083
Outros ativos	150.000	-
	450.062	585.127

e Risco de liquidez

A Empresa opera com um nível de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, a Empresa conta com bom relacionamento com os principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país.

Adicionalmente, parte dos investimentos, principalmente aqueles relacionados ao canavial, serão realizados na safra seguinte e podem ser suportados por financiamentos de curto prazo.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são:

	Nota	até 12 meses	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais que 5 anos	2026	2025
Fornecedores	17	211.593	-	-	-	211.593	199.995
Passivo de operações de arrendamentos	15	150.763	142.073	300.898	157.751	751.485	887.120
Empréstimos e financiamentos	18	75.451	248.789	993.660	147.143	1.465.043	662.728
Instrumentos financeiros a valor justo	6	1.874	-	-	-	1.874	-
Contas a pagar a Coopersucar	8	154.984	-	-	-	154.984	3.529
Partes relacionadas	21	41.628	101.582	-	-	143.210	186.260
Outras obrigações		9.095	-	-	-	9.095	-
		645.388	492.444	1.294.558	304.894	2.737.284	1.939.632

f Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Empresa adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

Em 31 de março de 2026, as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Empresa, são afetados, substancialmente, pelas variações nas taxas de juros do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Análise de sensibilidade

A Companhia possui instrumentos financeiros cujos fluxos de caixa e/ou valores justos estão sujeitos à variação das taxas de juros indexadas ao CDI. Para a análise de sensibilidade desses instrumentos, a Administração adotou como cenário provável as taxas de juros utilizadas na mensuração dos respectivos instrumentos e reconhecidas contabilmente na data-base das demonstrações financeiras.

Como referência para os demais cenários, foram consideradas alterações na taxa CDI em relação ao cenário provável. Os cenários foram estimados considerando uma redução e um aumento de 25% e 50%, respectivamente, sobre a taxa CDI adotada no cenário provável, de forma a demonstrar os potenciais impactos no resultado e/ou patrimônio líquido decorrentes das oscilações desse indexador.

	Nota	Saldo R\$	Provável	Cenário I		Cenário II	
				25%	-25%	50%	-50%
Taxa CDI em 31.03.2026			15,00%	18,75%	11,25%	22,50%	7,50%
Ativos financeiros:							
Aplicações financeiras	4	63.366	9.505	11.881	7.129	14.257	4.752
Passivos financeiros:							
Empréstimos e financiamentos	18	1.535.512	230.327	287.909	172.745	345.490	115.163
Outras obrigações		9.095	1.364	1.705	1.023	2.046	682
		1.544.607	231.691	289.614	173.768	347.536	115.845
Efeito líquido no resultado		1.481.241	222.186	277.733	166.639	333.279	111.093

A análise de sensibilidade tem como objetivo evidenciar os efeitos que eventuais variações nas taxas de juros poderiam produzir sobre os instrumentos financeiros expostos ao CDI na data-base das demonstrações financeiras, não refletindo, necessariamente, a expectativa da Administração quanto à efetiva evolução futura das taxas de mercado.

g Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2026	2025
Total do passivo (exceto imposto de renda e contribuição social diferido)	3.022.483	2.010.916
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	(123.014)	(362.215)
Passivo líquido (A)	2.899.469	1.648.701
Total do patrimônio líquido (B)	1.649.059	1.749.494
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	1,76	0,94

h Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

i Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Empresa diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

34 Compromissos

A Empresa estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Apresentamos aqueles merecem destaques nas demonstrações financeiras:

Compromisso de entregas e vendas

Em 31 de março de 2026, a Empresa tem compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica:

Descrição	Até 1 ano	De 2 a 3 anos
Etanol (m3)	336.000	670.000
Açúcar (tons)	654.000	1.308.000
Energia (Mwh)	500.000	1.000.000

Compromisso de compras – insumos e cana-de-açúcar

A Empresa constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com objetivo de utilização na manutenção da sua lavoura ao longo da safra. A referida operação normalmente é realizada por meio de compra para recebimento futuro. Ainda, possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica.

A quantia a ser paga pela Empresa será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela Consecana.

35 Outras transações que não afetam os fluxos de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetam caixa e equivalentes de caixa:

	2025
Aquisição de ativo imobilizado	40.000

36 Cobertura de seguros

A Empresa mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes.

Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.